



EXPERIÊNCIA DE AVALIAÇÃO AUTÔNOMA – INDICADOR DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO?

Viviane de Quevedo Chaves - UPF¹

Taís Maiara Loss Loehder- UPF²

Projeto Observatório da Educação nº. 44/2010 - Capes/Inep/CNPq

Resumo: O texto expõe que as avaliações de sistemas de ensino podem se constituir em um importante indicador de qualidade da educação. Tal princípio traz elementos de uma pesquisa empírica assentada nos documentos disponibilizados por um município do interior sul-rio-grandense que desenvolve avaliações de sistema autônomas. Este narra a experiência do desenvolvimento das avaliações, explora os referenciais utilizados para a construção dos instrumentos, a metodologia de aplicação e alguns dos resultados obtidos, no esforço de mostrar em que medida as avaliações tem, de fato, se constituído em indicadores de qualidade. Faz uma comparação entre as avaliações no período de 2009 a 2011 e a sua relação com os índices do Ideb, sinalizando que há um acúmulo de resultados positivos obtidos. O texto ensaia respostas sobre as razões que podem associar avaliações de sistemas e qualidade, com o constante monitoramento; o desenvolvimento de uma lógica de resultados e o próprio empenho docente em elevar os índices e a aprendizagem dos alunos, repercutindo, sobretudo na comunidade local, como um sentido de competência e profissionalismo.

Palavras-chave: Avaliação de Sistemas. Qualidade na Educação Básica. Política educacional.

Introdução

A pesquisa baseia-se em dados obtidos a partir de análise dos documentos da avaliação externa realizada pela secretaria da educação de um município do estado do Rio Grande do Sul, distante aproximadamente 300 km de Porto Alegre. Está localizado no grande entroncamento rodoviário entre as BR 285 e BR 386. A primeira liga o Brasil à Argentina (Mercosul) e a segunda, importante via logística do Brasil ligando o Centro-oeste a Porto Alegre e aos acessos ao porto de Rio Grande. Conforme o censo de 2010 do IBGE³, o município possui uma população de 59.317 mil habitantes e uma área de 665,094 Km. No que se refere à educação pública municipal, mantém 12 escolas de Educação Infantil, 14 de

¹ vivianedequevedochaves@Yahoo.com.br. Professora da Educação Básica. Bolsista do Projeto Observatório da Educação nº. 44/2010 - Capes/Inep.

² tais.loss@gmail.com. Professora da Educação Básica. Bolsista do Projeto Observatório da Educação nº. 44/2010 - Capes/Inep.

³ www.ibge.com.br.

Ensino Fundamental, um Centro Municipal de Educação Especial (CEME), um Centro Municipal de Educação Profissional (CMEP) e uma brinquedoteca. A rede conta com 448 professores e 263 funcionários que atuam junto a 1.674 alunos na Educação Infantil e 3.766 no Ensino Fundamental.

No município em questão, são realizados diagnósticos sistemáticos da educação básica, através dos mecanismos de avaliação interna à sala de aula como o externo, através de avaliação nacional como a Provinha Brasil. E na ânsia de oferecer estímulos à educação municipal proporcionando a melhoria nos índices do Ideb e também um preparo aos docentes a rede municipal de ensino inseriu junto às suas políticas educacionais a avaliação externa municipal.

Para tanto, observamos dados da avaliação externa municipal, ressaltando os resultados de 2009 a 2011, comparando os índices obtidos pelos alunos na Prova Brasil de 2007 e 2009. Ainda, analisamos os avanços obtidos pelos alunos relacionando ao empenho docente e como as avaliações realizadas permitiram um preparo da comunidade escolar numa busca de qualidade para a educação básica.

Avaliação da Educação Básica Nacional

A Lei 9.394/96⁴, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ou Lei Darcy Ribeiro, trouxe novas perspectivas para educação, entre elas uma visão diferenciada para a avaliação, pois deixa de privilegiar um sistema rigoroso e opressivo de notas parciais e médias finais no processo de avaliação escolar. A concepção de avaliação prevista na LDB baseia-se na aprendizagem para se ter novas atitudes e valores. No documento, quando é referida a verificação do conhecimento escolar, determina que sejam observados os critérios de avaliação contínua e cumulativa da atuação do educando, com prioridade dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais (Art. 24, V-a). Sendo assim, ao pensar em avaliação é preciso ter em mente o que ela pode trazer para a aprendizagem do aluno, pois ela será observada durante todo o seu percurso ao longo do ano letivo. Essa não pode ser determinada por uma nota ou prova final, o que vale é o processo, o todo da participação do aluno ao longo do ano. Porém, como podemos observar o quanto o estudante evoluiu na aprendizagem, quais parâmetros precisam

⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

ser considerados ao avaliar para saber se este apresenta competências necessárias para o ano escolar que está cursando?

A partir desta perspectiva, tem sido bastante discutido sobre o baixo rendimento escolar, colocando em análise a práxis pedagógica dos gestores e dos professores. São realizados programas de políticas públicas em educação nacional para viabilizar alternativas para a melhoria da qualidade da educação básica, por meio do assessoramento técnico e financeiro do Ministério da Educação e da mobilização de recursos e de parcerias da sociedade, em apoio ao trabalho dos Estados, Distrito Federal e Municípios em suas redes de ensino. Uma dessas alternativas foi a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) em 1990, formalizado pela Portaria n. 1.795, de 27.12.1994⁵. Já a Prova Brasil foi criada no ano de 2005, institucionalizada a partir da Portaria Ministerial nº 931 de 21 de março de 2005⁶ – e criou o Sistema de Avaliação da Educação Básica, composto pela Prova Brasil (Anresc) e pelo Saeb (Aneb). O objetivo desta é complementar o diagnóstico sobre os sistemas de ensino que integra o SAEB amostral, global e estratégico, avaliando as turmas de 5º e 9º Anos (4ª e 8ª Séries). Global porque deveriam estar voltadas para a resolução simultânea de múltiplos aspectos da problemática educacional. Estratégico porque as ações empreendidas estariam integradas entre si e fundamentadas no conhecimento das demandas essenciais e prioritárias. Ainda complementando o sistema de avaliação, foi criada a Provinha Brasil no ano de 2008 para avaliar as turmas de 2º Ano (1ª Série), institucionalizada pela Portaria Normativa MEC n.º 10 de 26/04/2007⁷, objetivando avaliar o nível de alfabetização dos educandos nos anos iniciais do ensino fundamental; oferecer às redes de ensino um resultado da qualidade da alfabetização, prevenindo assim o diagnóstico tardio dos déficits de letramento; e concorrer para melhoria da qualidade de ensino e redução das desigualdades, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional⁸.

Essa verificação tem como objetivo principal delinear os novos rumos da educação nacional, promovendo ações dos estados e dos municípios, a fim de que se garanta efetivamente não só o direito à educação, mas o direito à educação de qualidade. Estas avaliações externas diagnosticaram índices muito abaixo do esperado, em relação à competência leitora como na aptidão lógico-matemática para a série que os alunos estão frequentando.

⁵<http://www.prolei.inep.gov.br/pesquisar.do?anoInicial=&anoFinal=&indInicial=2680&indFinal=2689&Mais=true&ManterDelimitador=29&descricao=&tipoDocumento=>

⁶ http://gestao2010.mec.gov.br/o_que_foi_feito/program_78.php

⁷ <http://www.pedagogiaaopedaletra.com/posts/portaria-normativa-10-de-24-de-abril-de-2007-provinha-brasil/>

⁸ <http://gestao2010.mec.gov.br>

Ainda há a participação do Brasil no Pisa (Programa de Avaliação Internacional de Estudos),⁹ sendo que as avaliações do Pisa abrangem os domínios de Leitura, Matemática e Ciências, numa apreciação ampla dos conhecimentos, habilidades e competências inseridos em diversos contextos sociais, sendo aplicado a cada três anos. O programa foi implantado em 2000, coordenado pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), do qual participam trinta e dois países, havendo, em cada um deles, uma coordenação nacional e do qual o Brasil faz parte. O Brasil neste exame teve um rendimento muito baixo, especialmente em leitura, ocupando uma das últimas colocações no ranking mundial, no 54º lugar entre 65 países avaliados, segundo os dados divulgados em 2010 do Pisa¹⁰. Apesar do Ministério da Educação afirmar em mídias como no site da Organização dos Estados Ibero-americanos¹¹, que o Brasil foi um dos países que mais evoluiu no exame desde 2003. No entanto, podemos concluir que, com esta colocação, ainda deixa a desejar em termos de qualidade na educação.

Nas últimas duas décadas, a política educacional brasileira visou prioritariamente à universalização do acesso ao Ensino Fundamental, em cumprimento à exigência estabelecida pela Constituição de 1988,¹² que determinou a obrigatoriedade desse nível de ensino e o dever dos sistemas públicos de assegurarem sua oferta. No entanto, não basta garantir apenas o acesso ao ensino, é necessário garantir o direito a uma aprendizagem de qualidade, ideia esta apresentada na Resolução 07/2010 do MEC¹³, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional para o ensino fundamental de nove anos. No artigo 35 deste documento a qualidade é abordada tanto no sentido da avaliação dos alunos, como do investimento necessário para que a educação aconteça:

Art. 35 Os resultados de aprendizagem dos alunos devem ser aliados à avaliação das escolas e de seus professores, tendo em conta os parâmetros de referência dos insumos básicos necessários à educação de qualidade para todos nesta etapa da educação e respectivo custo aluno-qualidade inicial (CAQi), consideradas inclusive as suas modalidades e as formas diferenciadas de atendimento (...)

Ainda neste artigo no seu parágrafo único e inciso I e II, sobre a melhoria da qualidade do ensino apresenta a questão da valorização do magistério e profissionais da educação, bem como as oportunidades de avaliação já antecipadas pela LDB:

⁹ http://gestao2010.mec.gov.br/o_que_foi_feito/program_79.php

¹⁰ <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/estudantes+brasileiros+ficam+em+54+em+ranking+de+65+paises/n1237852694731.html>

¹¹ <http://www.oei.es/noticias/spip.php?article1490>

¹² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm

¹³ <http://portal.mec.gov.br/>

Parágrafo único. A melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos e da qualidade da educação obriga:

I – os sistemas de ensino a incrementarem os dispositivos da carreira e de condições de exercício e valorização do magistério e dos demais profissionais da educação e a oferecerem os recursos e apoios que demandam as escolas e seus profissionais para melhorar a sua atuação;

II – as escolas a uma apreciação mais ampla das oportunidades educativas por elas oferecidas aos educandos, reforçando a sua responsabilidade de propiciar renovadas oportunidades e incentivos aos que delas mais necessitem.

Mesmo que no decorrer dos anos através da democratização do ensino, houve um grande aumento, para não dizer inchaço, do número de alunos nas escolas, porém acreditamos que até agora com poucas adequações necessárias para recebê-los. Mesmo assim, percebemos que aos poucos está sendo pensadas medidas necessárias para receber os alunos, desde adequação do espaço físico, material pedagógico, oferecimento de formação continuada aos professores, mas ainda acreditamos que muito falta a ser feito.

Luckesi,1994 menciona que a escola opera com verificação e não com avaliação da aprendizagem.

O ato de avaliar implica coleta, análise e síntese dos dados que configurem o objeto da avaliação, acrescido de uma atribuição de valor ou qualidade...(LUCKESI,2000, pag. 93)

A avaliação é uma ferramenta que todo educador deve utilizar, ela faz parte do cotidiano escolar e deve ser utilizada de uma forma adequada e necessita ser utilizada com responsabilidade. O que se quer realmente alcançar com a avaliação, Apenas dados ou preconiza-se a tão almejada qualidade da educação a partir de dados verificados e sintetizados para uma melhor compreensão do que deve melhorar.

Da mesma maneira que vemos a necessidade de medidas emergentes na educação, observamos a iniciativa do município na implantação de uma avaliação externa própria para diagnosticar e promover uma melhoria da qualidade da educação.

Experiência de avaliação externa municipal e qualidade na educação.

A rede municipal de ensino estudada por nós já apresenta avanços na educação ao se propor a trabalhar com projetos interdisciplinares¹⁴ na escola, que geram a participação da comunidade escolar em atividades, a partir de temas de estudo estabelecidos a cada início de ano letivo. A participação da comunidade para avaliar e melhorar a qualidade do ensino é apresentado no material destinado pelo Programa Nacional de Gestores da Educação Básica¹⁵, neste aparece a ideia de que a escola ao compreender seus pontos fortes e fracos, tem condições de intervir para melhorar sua qualidade segundo seus próprios critérios e prioridades. Acreditamos que aliada a esta prática, a perspectiva da avaliação externa municipal experimentada na rede em todos os anos do ensino fundamental, promoverá um diagnóstico da educação no município e, a partir da sua análise, será possível estabelecer possibilidades de melhoria da qualidade do ensino.

Segundo as professoras integrantes do departamento pedagógico da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a avaliação externa municipal tem um formato semelhante à Prova Brasil, envolvendo a competência leitora e a matemática aplicada em todo o ensino fundamental. As questões que compõem as provas que são aplicadas nas turmas são arquivadas e servem para motivar as provas do ano seguinte, pois questões semelhantes que envolvem essenciais habilidades e competências são parâmetros para observar a evolução dos alunos. Ou seja, as provas aplicadas não são devolvidas, mas arquivadas na secretaria municipal. As avaliações no ano de 2009 aconteceram em três momentos, nos trimestres letivos. Já em 2010 aconteceram uma vez em outubro. No ano de 2011, ocorreu em três momentos, justamente para promover maiores oportunidades de avaliação dos alunos, antecipando a realização da Prova Brasil no presente ano.

Outro dado importante fornecido pelo departamento pedagógico foi a solicitação de questões para os professores para serem aplicadas nas provas. Porém, a participação dos professores não aconteceu conforme a previsão da secretaria. Além do fato de boa parte não enviar as sugestões de questões para a organização da avaliação, estas foram consideradas repetitivas, cobrando gramática ou operações matemáticas básicas, sendo que as habilidades e competências na área da linguagem não exigiram mais do que reconhecimento de classes gramaticais, questões ortográficas ou mesmo localizar informações nos textos. Da mesma maneira na matemática, as mesmas habilidades em problemas simples envolvendo o reconhecimento de numeração e operações básicas de raciocínio simples. Deste modo, as sugestões enviadas pelos professores, em boa parte, não puderam ser utilizadas. Assim, o

¹⁴ <http://www.carazinho.rs.gov.br/web/index.php?menu=secretarias&sub=educacao>

¹⁵ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12337&Itemid=693

objetivo para a organização das provas da avaliação externa municipal, em adequar as questões observando a realidade das escolas, foi parcialmente atingido, uma vez que a quantidade e qualidade das questões enviadas pelos mestres não atenderam a demanda para a organização dos instrumentos, situação enfatizada pelo departamento pedagógico em reuniões com a coordenação pedagógica das escolas.

O sistema de avaliação externa municipal foi divulgado pelo Jornal Zero Hora¹⁶ e descrito na matéria que contou com dados preliminares da experiência municipal, apontando a melhora percebida entre os alunos da rede nos índices do IDEB, em específico dos anos iniciais. Após a veiculação da matéria, as informações nela contidas tornaram-se alvo do interesse de vários municípios que entraram em contato com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura para saber maiores detalhes da avaliação. Desta forma, houve várias solicitações de agendamento de visitas pelas equipes pedagógicas das secretarias de educação, para conhecer maiores detalhes da experiência municipal de avaliação externa. A realização da segunda etapa das avaliações ocorreu na segunda quinzena de agosto do corrente ano em todas as turmas das escolas municipais de ensino fundamental.

Para iniciarmos a nossa observação das avaliações ocorridas na rede, fazemos a leitura dos índices gerais do Ideb das escolas municipais, em específico os índices obtidos no 5º Ano do Ensino Fundamental, de 2005 a 2009, observamos que foram superadas as projeções estabelecidas¹⁷:

5º Ano EF	Ideb Observado			Metas projetadas		
	2005	2007	2009	2007	2009	2011
Município						
X	3,7	4,3	4,7	3,7	4,1	4,5

Tabela 1 – Ideb das Escolas do Município X de 2005 a 2009.

É possível observar que houve uma considerável evolução entre as médias observadas na rede municipal de 2005 a 2009, contando com 1,0 de aumento nos índices do Ideb, superando a meta projetada em 0,6 estabelecida pelo Inep. Da mesma maneira podemos

¹⁶ Jornal Zero Hora, matéria veiculada no domingo dia 17/07/2011, caderno Geral.

¹⁷ <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>

observar os resultados obtidos nos anos iniciais no município nas avaliações externas municipais e, em específico ao 5º Ano, nos anos de 2009 a 2011.¹⁸:

ANO ESCOLAR	LP			MAT			GERAL		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
2º	7,7	7,4	8,9	7,7	7,2	9,5	8,0	7,3	9,2
3º	6,1	7,1	8,5	5,8	7,1	8,2	5,9	7,1	8,3
4º	5,7	6,6	7,6	6,4	6,1	8,5	6,0	6,4	8,0
5º	4,8	6,5	7,0	5,4	6,0	7,4	5,1	6,3	7,2
GERAL	6,4	7,1	8,0	6,7	6,8	8,4	6,6	7,0	8,1

Tabela 2 – Comparativo das Avaliações Externas Municipais Anos Iniciais de 2009 a 2011.

Em relação às médias obtidas pelos alunos do 5º Ano nas avaliações realizadas pela rede municipal, foi possível perceber uma evolução bastante significativa, principalmente em Português que teve um aumento de 1,7. Em Matemática também houve um aumento, ainda que menor, de 0,6. Observando os resultados das avaliações, tanto os índices obtidos pelo Ideb como nas avaliações externas municipais, é possível observar um avanço significativo no 5º Ano do Ensino Fundamental. Sendo possível afirmar que já é possível afirmar que há uma melhora na qualidade do ensino nos anos iniciais da rede municipal.

Em relação ao 9º Ano, os índices do período observados pelo Inep¹⁹ de 2005 a 2009 foram:

9º Ano EF Município	Ideb Observado			Metas projetadas		
	2005	2007	2009	2007	2009	2011
X	4,0	4,1	4,0	4,0	4,2	4,4

Tabela 3 – Ideb do 9º Ano das Escolas Municipais de 2005 a 2009.

É possível perceber que no caso do último ano do ensino fundamental, não houve uma melhora nos índices do IDEB apontados pela média geral obtida na Prova Brasil. Inclusive caiu um 0,1 em 2009. As projeções apontavam o aumento de 0,2 na média geral para o ano, índice que não foi observado em 2009. Ao fazermos uma leitura dos índices obtidos pela avaliação externa municipal²⁰ podemos constatar que:

¹⁸ Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação – relatório das avaliações externas municipais 2009 - 2010.

¹⁹ <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado>

²⁰ Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação – relatório das avaliações externas municipais 2009 a 2011.

ANO ESCOLAR	LP			MAT			GERAL		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
6º	5,7	6,4	6,1	5,7	4,2	6,0	5,7	5,3	6,0
7º	6,4	4,9	7,7	3,1	2,6	4,7	4,7	3,7	6,2
8º	5,6	5,5	5,7	4,4	4,5	4,1	5,0	5,0	4,9
9º	5,8	5,9	5,3	5,1	6,2	5,7	5,4	6,0	5,5
GERAL	5,8	5,6	6,2	4,5	4,3	5,1	5,2	5,0	5,6

Tabela 4 – Comparativo das Avaliações Externas Municipais Anos Finais 2009 a 2011.

No caso da avaliação externa municipal, ao contrário dos índices obtidos pelo Ideb, é possível observar um aumento nas médias do 9º Ano nas escolas do município, principalmente na Matemática que alcançou 1,1 de aumento. Em Português, este aumento foi de 0,1; o que consideramos pouco significativo. Se compararmos a média geral do ano de 2009 no Ideb de 4,0 com a média obtida no ano escolar nas avaliações externas municipais de 5,4; podemos observar uma diferença de 1,4 nas duas avaliações. Ao observarmos a média geral do ano de 2010 no 9º Ano verificamos o total de 6,0; um aumento de 0,6, sendo que se esta média fosse alcançada no Ideb teríamos a meta traçada para o Brasil no Ensino Fundamental. No entanto, resta a dúvida, se os alunos do 9º Ano das escolas municipais poderão atingir a meta projetada do Ideb para o ano de 2011 que é de 4,4. Ao levarmos em conta a significativa diferença entre a avaliação externa municipal (6,0 em 2010) e os índices obtidos a partir da Prova Brasil (4,0 em 2009), já é possível anteciper a possibilidade de que os alunos possam ao menos atingir a meta projetada, uma vez que na avaliação municipal já conseguiram superar suas médias. Também podemos supor este aumento, mesmo que em 2011 houve uma queda de 0,5 nos índices destas avaliações. Mas há nestas três avaliações externas, oportunidade aos alunos de familiaridade com provas objetivas. A expectativa torna-se ainda maior para a divulgação das notas do IDEB do ano de 2011.

Numa observação geral ainda é possível constatar:

	LP			MAT			GERAL		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
EF	6,1	6,3	7,0	5,6	5,5	6,7	5,9	6,0	6,8

Tabela 5 – Comparativo das Avaliações Externas Municipais –total geral de 2009 a 2011.

Os índices apontam crescimento. Mesmo assim, há uma constante preocupação com o comprometimento dos alunos com as avaliações de modo geral. Muitos destes nem entendem

o principal objetivo o que sugere que os professores são os agentes formadores deste estímulo. O grupo docente é constantemente estimulado com formação continuada e criou estratégias para que os alunos compreendessem e valorizassem as avaliações externas, de modo que as realizem com dedicação. Dentre as sugestões, a possibilidade da pontuação das mesmas servirem como critério avaliativo nas notas trimestrais, principalmente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática de modo que estes fossem mais comprometidos na realização das mesmas. A mesma medida foi adotada, tanto nas avaliações externas municipais, quanto na Prova Brasil.

Outro fato a ser destacado é a concepção da avaliação externa municipal. Em 2009 foram realizadas três avaliações do 2º ao 9º Ano, sendo estas comentadas em aula pelos professores. Já a Prova Brasil ocorre em dois em dois anos e contempla o 5º e o 9º Ano, sendo incluída a Provinha Brasil para o 2º Ano. Talvez os alunos, principalmente os do 9º Ano, não são tão motivados para a realização da Prova Brasil. Nas reuniões pedagógicas realizadas pelo departamento pedagógico da secretaria de educação ainda foi reforçada a necessidade de estimular os alunos para a mesma, realizando questões semelhantes durante o ano letivo e cobrar mais responsabilidade dos alunos na realização do instrumento. É preciso, segundo os profissionais da educação vinculados à secretaria da educação, que os alunos compreendam a importância da Prova Brasil tanto para si em relação a sua evolução na aprendizagem durante o ensino fundamental, como para a rede municipal que contará com estes índices que promoverão a aferição da qualidade da educação municipal.

Além disso, para a avaliação externa municipal, está sendo incluída a participação do 1º Ano, para que desde o início do processo de alfabetização seja observado, tanto no que diz respeito às habilidades de leitura como o raciocínio lógico matemático e mais que isso, as habilidades testadas estimulam a verificação da relação da educação Infantil com o Ensino Fundamental. Também esta avaliação é baseada na Provinha Brasil. Deste modo, as questões mais simples, de reconhecimento de figuras, letras, sons, numerais, quantidades, espaço, cores e formas, semelhantes àquelas encontradas na primeira parte da Provinha Brasil, estão sendo organizadas para serem aplicadas nas turmas do 1º Ano.

Considerações finais

A experiência de avaliação externa municipal, instituída na rede de ensino neste período de 2009, com a política de governo baseada na metodologia de projetos, prevê a participação da comunidade na escola. A participação da comunidade e, em específico da

família na escola, objetiva a ampliação da participação, de modo que seja possível, com a união de esforços, a promoção da efetiva melhoria da qualidade do ensino²¹. De modo que seja resgatada a valorização do estudo e da escola para a formação da cidadania. A avaliação faz parte deste processo, uma vez que ao diagnosticarmos a realidade do ensino, é possível haver planejamento para superar dificuldades.

A experiência de avaliação externa municipal, mesmo que necessite de ajustes já aponta para uma melhoria visível da qualidade da educação, principalmente entre os alunos dos anos iniciais, pois já há melhora nos índices do Ideb nas turmas de 5º Ano. Talvez os índices ainda abaixo do esperado no Ideb do 9º Ano podem ser considerados como indício de que a avaliação externa é um processo e que estes alunos concluintes do Ensino Fundamental, foram vivenciando em suas escolas com seus professores e aos poucos foram se adequando, de maneira a suprir as dificuldades encontradas.

Aqueles que estão nos anos iniciais poderão, até o final do ensino fundamental, apresentar ainda melhores resultados nas avaliações, denotando uma evolução significativa em sua aprendizagem. Isto porque está sendo possível diagnosticar e reorganizar a realidade da educação, a partir das avaliações externas municipais e também pela Prova Brasil. É um processo que já traz resultados positivos e que tende a favorecer o desenvolvimento da educação básica como um todo.

Assim, percebemos que o sistema de avaliação externa municipal é uma iniciativa que está sofrendo adequações, de maneira a diagnosticar e suprir deficiências perceptíveis no ensino, para que seja possível viabilizar maneiras diferenciadas de diagnóstico como estratégia válida para melhoria da qualidade da educação.

É importante salientar o que ainda instiga a pesquisa é o porquê não há uma relação interdisciplinar nas avaliações, isto é, os conhecimentos gerais ficam onde? As demais disciplinas tornam-se meramente sem necessidade? O foco de uma queda nos índices apresentados em 2011 devem ser aprofundados.

REFERÊNCIAS

HOFFMANN, Jussara. Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista- 18 ed- Porto Alegre: Mediação, 1996

²¹ <http://www.carazinho.rs.gov.br/web/index.php?menu=secretarias&sub=educacao>.

LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da Aprendizagem escolar: estudos e proposições- 10ª Ed. São Paulo, 2000.

Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 04/08/2011.

Jornal Zero Hora. Carazinho tem Avaliação Externa Própria. Geral, 07/07/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAZINHO. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Departamento Pedagógico. Avaliação Externa das Escolas Municipais de Ensino Fundamental, por ano escolar e por disciplinas Português, Matemática e Conhecimentos Gerais, comparativo das avaliações de anos iniciais, anos finais e geral, 2009 e 2010.

_____. Relatório Situacional Coordenação do Ensino Fundamental, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAZINHO. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. FUNDETEC: Fundação Educacional e Tecnológica de Carazinho. Projeto Linguagens e diversidade cultural. Carazinho/RS, 2009.

_____. Projeto II Seminário Nacional de Educação. Interdisciplinaridade e formação de conceitos: o contexto e o professor. Carazinho/RS, 2010.

_____. Projeto Educação e Inclusão: sentido e sustentabilidade. Carazinho/RS, 2011.

Sites consultados:

<http://www.carazinho.rs.gov.br/>

<http://gestao2010.mec.gov.br/>

<http://www.ibeg.com.br>

<http://sistemasideb.inep.gov.br/>

<http://www.planalto.gov.br/>

<http://www.prolei.inep.gov.br/>

<http://www.pedagogiaaopedaleta.com/>

<http://ultimosegundo.ig.com.br>

<http://www.oei.es/noticias/>

<http://portal.mec.gov.br/>

<http://sistemasideb.inep.gov.br/>